



CAMEX

Câmara de Comércio Exterior
Secretaria-Executiva

CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR - CAMEX

4^a Reunião do Comitê Nacional de Investimentos – Coninv

10 dezembro de 2019, 15h00
Ministério da Economia, Bloco K Salão Nobre

ATA

Ata da 4^a Reunião do Comitê Nacional de Investimentos (Coninv), realizada no dia 10 de dezembro de 2019, sob a presidência do Secretário-Executivo da CAMEX, Carlos Roberto Pio da Costa Filho, representando o Secretário Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais, do Ministério da Economia. A Reunião contou com a presença dos seguintes Membros: Diretor do Departamento de Promoção de Serviço e Indústria, Ministro Luiz Cesar Gasser representando o Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores (MRE); Assessor da Secretaria Especial da RFB, Sr. José de Assis Ferraz Neto, representando o Secretário Especial da Receita Federal do Ministério da Economia (ME); Diretora do Departamento de Promoção Comercial, Investimentos e Cooperação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Marcia Nejaim Galvão de Almeida; Secretária Adjunta da Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimento (SPPI), Sra. Verônica Sanchez, Secretário-Executivo do Ministério da Infraestrutura (MI), Sr. Marcelo Sampaio; Secretário-Geral do Ministério da Defesa (MD), Almirante Garnier Santos; e o Subchefe Adjunto da Casa Civil (CC), Sr. Marcos Cesar de Oliveira Pinto. Como convidado, da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil), participou o Gerente de Investimentos, Sr. Roberto Escoto, representando o Diretor-Presidente da Agência.

Também participaram da Reunião o Subsecretário de Investimentos da SE-CAMEX, Sr. Renato Baumann; o Coordenador-Geral de Tributação da Secretaria Especial RFB/ME, Sr. Fernando Mombelli; a Assessora Especial da SPPI, Sra. Berta Gadelha e o Assessor da Secretaria Executiva do MI, Sr. Felipe Fernandes Queiroz. A lista de todos os participantes do evento segue anexa a esta Ata.

O senhor Secretário-Executivo da CAMEX, ao iniciar o evento, assinalou os desafios importantes para a restruturação da CAMEX em 2019, inclusive com mudanças significativas de membros e consequentemente dos Comitês e Grupos de Trabalho. A institucionalização da própria Câmara só ocorreu a partir do Decreto nº 10.044, de 04 de outubro de 2019. Esclareceu que, apesar de o Decreto do Coninv (Decreto nº 9.885/2019) ter sido reeditado em junho de 2019, por prudência optou-se por não convocar reunião do órgão, tendo em vista que os Comitês superiores ainda não haviam sido reestabelecidos (particularmente o GECEX e o Conselho de Estratégia Comercial). Ademais, agradeceu a presença dos membros titulares e suplentes presentes, bem como ao Subsecretário de Investimentos, Sr. Renato Baumann, responsável pelos trabalhos do Comitê e por todos os temas de investimentos diretos no âmbito da CAMEX.

1. APROVAÇÃO DA ATA DA 3^a REUNIÃO DO CONINV

O SE-CAMEX apresentou um ponto sensível em relação à aprovação da Ata da 3^a Reunião do Coninv: os representantes atuais do Comitê precisariam aprovar documento de uma Reunião da qual não participaram. Ponderou, no entanto, que da Ata não consta qualquer ponto sensível que implique, por exemplo, recursos ou compromissos de longo prazo. Ademais, informou que alguns membros que fizeram parte da reunião em 2018 foram consultados e afirmaram que a Ata é fidedigna ao que se passou na ocasião.

De tal sorte, o SE-CAMEX indicou que na ausência de desconforto dos membros em relação à situação, submetia a Ata da 3^a Reunião à votação. Ainda assim, cogitou que uma alternativa a isso seria tomar por escrito a assinatura dos então membros do Coninv e postergar a aprovação.

Os Membros não indicaram desconforto em aprovar a Ata da 3^a Reunião, conforme apresentada. Não obstante, levantaram dúvida em relação ao conteúdo do documento, no tocante ao tema da criação do Grupo de Trabalho para Apoio ao Investidor Direto – GTAI.

Foi esclarecido que, tendo em vista as diversas alterações na estrutura da CAMEX, bem como o Decreto nº 9.759/19, que extinguiu e estabeleceu diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal, o GTAI não mais existiria. O grupo precisaria ser recriado, algo desnecessário nas atuais circunstâncias, tendo em vista que a atuação do Ombudsman de Investimentos Diretos hoje já não é mais restrita aos países com os quais o Brasil tem Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFIs) em vigor.

Decisão: A Ata da 3^a Reunião do Coninv foi aprovada.

2. DELIBERAÇÃO SOBRE O REGIMENTO INTERNO, COM BASE NO DECRETO DO CONINV

O SE-CAMEX informou que a minuta de Regimento Interno do Coninv foi elaborada e discutida no âmbito do Grupo Técnico do Comitê Nacional de Investimentos (GT-Coninv). Caso aprovada, deverá ser publicada por meio de Resolução Coninv. O Sr. Renato Baumann destacou como novidade no Regimento Interno do Coninv o dispositivo expresso que determina o acompanhamento das atividades do Ombudsman e a supervisão dos trabalhos do Ponto de Contato Nacional para as Diretrizes da OCDE (PCN) pelo Comitê. Isso permitirá trazer ao Coninv os fatos recorrentes nos dois mecanismos; permitindo que propostas de mudanças de procedimentos ou de alteração de legislação possam ser desenvolvidas.

Decisão: A proposta de Regimento Interno foi aprovada.

3. DELIBERAÇÃO SOBRE O NOVO PROGRAMA DE TRABALHO DO COMITÊ

O Subsecretário Renato Baumann esclareceu que o Programa de Trabalho apresentado na ocasião foi exaustivamente discutido no âmbito do GT-Coninv. Informou que o programa está dividido em 4 eixos: (i) Definição de Políticas de Investimentos; (ii) Melhoria do Ambiente de Negócios; (iii) Monitoramento e Gestão e (iv) Acompanhamento / Relato. Essas atividades estão subdivididas em ações que facilitam o monitoramento e controle dos resultados. Ademais destacou alguns pontos e assuntos de maior sensibilidade no Programa.

Os Membros do Comitê discutiram o programa e informaram que, no decorrer do ano de 2019, alguns temas tiveram avanços significativos. Representante da SPPI mencionou que o tópico mecanismo de arbitragem nos contratos de concessão de Infraestrutura, um dos tópicos do Plano de Trabalho, foi estabelecido por meio do Decreto 10.025/2019, publicado recentemente. Além disso, foi realizada consulta pública sobre a cláusula de arbitragem.

Ademais, a representante informou sobre algumas ações da SPPI, tais como a publicação da Cartilha sobre Segurança Jurídica para Investimentos em Infraestrutura (elaborada em conjunto com a Advocacia-Geral da União -AGU) e do Guia do Investidor. Mencionou também algumas questões em debate, como a questão da geração de energia de matriz nuclear, o caso ENEL-Governo do Estado de Goiás, a internacionalização de empresas brasileiras e a dificuldade em encontrar empresas brasileiras para fazer parcerias com empresas estrangeiras no setor de infraestrutura (*matcmaking*).

O representante do MRE informou que a questão de aquisição de terras por estrangeiros está vinculada diretamente à nossa acessão à OCDE. Devido a isso, o tema está sendo acompanhado pela SAE/ PR. Argumentou sobre a conveniência da elaboração de um Regimento Interno do Ombudsman de Investimentos Diretos (OID), visando esclarecer a atuação do mecanismo. Sugeriu o uso da *mailing-list* do Coninv para divulgação e convite para eventos sobre Investimentos.

O representante da Casa Civil informou que tem atuado no Programa “Concorrência para a Prosperidade”, em conjunto com a Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade (SEPEC) do Ministério da Economia. O programa visa reduzir as barreiras ao investimento. Levantou ainda questões como mecanismos de *screening* de IED, facilitação de contratação de engenheiros estrangeiros e mineração em faixa de fronteira.

O representante da APEX-Brasil informou sobre o lançamento recentemente do “*Brazil Investment Guide*”. Apresentou sucintamente os programas da Agência voltados à internacionalização de empresas e a aproximação da Apex-Brasil com os governos dos Estados e com o Setor de Promoção Comercial e Investimentos (SECOM) do MRE.

O representante do Ministério da Infraestrutura sugeriu que o Coninv acompanhe e promova a tramitação dos seguintes marcos legais: Reforma Tributária; Nova Lei Geral de Licenciamento Ambiental (PLS 168/2018 e PL 3729/04); Nova Lei Geral de Concessões (PL 7063/2017); e PL 2889/2019, que cria mecanismos de mitigação de risco cambial para os investimentos em infraestrutura. Propôs, ainda, que este apoio seja feito por meio de manifestações oficiais (notas técnicas, ofícios, etc.) e que sejam realizadas reuniões com os relatores dos projetos. Ademais, sugeriu a instituição de uma “*single window*”, no âmbito do Governo Federal, para divulgação de informações a investidores.

O representante da Receita Federal do Brasil reiterou os esforços desse órgão, com o Projeto de Simplificação Tributária.

O representante do Ministério da Defesa reforçou a importância de unificar os “Guias do Investidor” (APEX, SPPI e outros) para facilitar o acesso do investidor, e sugeriu a priorização e o detalhamento dos temas do Plano de Trabalho do Coninv.

O Subsecretário de Investimentos Estrangeiros da CAMEX, Renato Baumann, confirmou que isso será elaborado no âmbito do Grupo de Técnico do Comitê Nacional de Investimentos e apresentado ao Comitê.

Decisão: Os Membros do Comitê concordaram com as atividades propostas no programa de trabalho e indicaram a necessidade de estabelecer prioridades e prazos, bem como o detalhamento das ações. Tais atividades devem ser desenvolvidas em breve pelo Grupo de Técnico do Comitê Nacional de Investimentos.

4. RELATOS SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DOS NOVOS MECANISMOS DE INVESTIMENTOS NA SE-CAMEX

O Subsecretário de Investimentos Estrangeiros da CAMEX, Sr. Renato Baumann, relatou sobre as atividades de divulgação do Ombudsman de Investimentos Diretos – OID e do Ponto de Contato Nacional da OCDE - PCN, tais como os *roadshows*, vídeos institucionais, *folders* e os

principais eventos/reuniões. Em relação ao OID, foi informado o número de acessos à plataforma do OID - 2.259 acessos, sendo 1.992 acessos no Brasil e 267 no exterior.

Foram apresentados 14 casos, dos quais 6 foram consultas e 8 questionamentos. No momento, há 02 questionamentos em análise, aguardando manifestação dos respectivos órgãos integrantes da Rede de Pontos Focais relacionados a essas demandas. O total de investimento estrangeiro correspondente às consultas e questionamentos respondidos foi da ordem de US\$ 561 milhões, com a expectativa de 3.155 empregos gerados. As demandas estão relacionadas a questões tributárias, trabalhistas, financeiras e administrativas e são originárias de países que tradicionalmente investem no Brasil, como os Estados Unidos, Reino Unido, Itália, Portugal, México, e Emirados Árabes. Abrangem investimentos em diversos setores, como: projeto de Energia Renovável; fornecimento de água; tecnologia da informação; fabricação de estruturas metálicas; hotelaria e fornecimento e distribuição de energia elétrica.

Em relação ao Ponto de Contato Nacional - PCN, foram apresentadas as principais realizações em 2019, no âmbito de sua reestruturação: 1) publicação do Decreto nº 9.874, de 27 de junho de 2019, com disposições sobre as competências e a nova organização do Ponto de Contato Nacional, instituindo-o como Grupo de Trabalho Interministerial (GTI-PCN), bem como estabelecendo os informes ao Comitê Nacional de Investimentos (Coninv); 2) Portaria SECINT nº 548, de 2 de setembro de 2019, que designou os membros para comporem o GTI-PCN; 3) realização da 1ª Reunião do GTI-PCN (26/09/19) e 4) da consulta pública do Manual de Procedimentos do PCN.

O Subsecretário também mencionou o encerramento do processo envolvendo a empresa Vale e apresentou, sucintamente, os casos em análise pelo PCN (caso *Van Oord* e caso *Dunkin' Donuts, lly, Jacobs Douwe Egberts, Mc Donald's e Nestlé, Starbucks*)

5. PRÓXIMOS PASSOS E DESDOBRAMENTOS

A Secretaria-Executiva da CAMEX se comprometeu a preparar um cronograma com o detalhamento das ações propostas e aprovadas no Programa de Trabalho, cobrindo o período até o final de 2022, para submeter à apreciação do Colegiado.

O Secretário-Executivo da CAMEX encerrou a reunião agradecendo a presença de todos.

CARLOS ROBERTO PIO DA COSTA FILHO

Secretaria-Executiva da CAMEX

RENATO COELHO BAUMANN

Subsecretária de Investimentos da SE-CAMEX

JOSÉ DE ASSIS FERRAZ NETO

Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil

LUIZ CESAR GASSER

Ministério das Relações Exteriores

MARCIA NEJAIM GALVÃO DE ALMEIDA

Ministério da Agricultura, Pecuária e
Abastecimento

VERÔNICA SANCHEZ

Secretaria Especial do Programa de Parcerias de
Investimento

MARCELO SAMPAIO

Ministério da Infraestrutura

ALMIRANTE GARNIER SANTOS

Ministério da Defesa

MARCOS CESAR DE OLIVEIRA PINTO

Casa Civil

ROBERTO ESCOTO

Agencia de Promoção das Exportações e
Investimentos do Brasil